

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Desfiliação de cooperativas associadas

Chamamos à atenção para a nota 26 – Eventos subsequentes, sobre o seguinte fato:

- a) A Central, a partir de março/2019, apresenta seu quadro social composto pelo número mínimo de três associadas para se manter em funcionamento, em atendimento a Lei 5.764/71.

Neste contexto, a capacidade de continuidade operacional da Central, depende de fatores como sucesso na captação de novas associadas e readequação da estrutura operacional e de custos. Nossa opinião não se modifica quanto a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Central. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 19 de agosto de 2019.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em reais)

Senhores Associados,

1. Política Operacional

Em 29 de junho a Central Sicoob UniMais completou 26 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, suas cooperativas filiadas. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

Em 30 de junho de 2019, a Central Sicoob UniMais obteve um resultado acumulado de R\$ 2.064.406,54.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira e Aplicações somaram R\$ 568.531.451,15 e R\$ 624.641.860,59 respectivamente são descritos na tabela abaixo. Por sua vez a carteira de operações de crédito representava R\$1.636.260,62 e R\$ 32.039.074,29 respectivamente.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades	4.536,15	9.033,15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	294.779.449,16	373.479.903,30
Títulos e valores mobiliários	273.747.465,84	251.069.627,46
Relações Interfinanceiras	-	83.296,68
Total	568.531.451,15	624.641.860,59

4. Repasses Interfinanceiros

Os Repasses Interfinanceiros no total de R\$ 560.845.183,36 e R\$ 639.728.889,76 respectivamente para 30/06/2019 e 30/06/2018, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 12,33%.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do Sicoob Central Unimais era de R\$ 19.376.482,43. O quadro de associados era composto por 03 (três) cooperativas filiadas, havendo uma redução de 57,14 % em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Cooperativa Central de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Central Sicoob UniMais adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de **100%** nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa Central tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A Central Sicoob UniMais possui uma unidade de Supervisão Auxiliar que é fiscalizada pela estrutura de auditoria interna da Confederação, que verifica a sua eficiência, suficiência e adequação a legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Central Sicoob UniMais aderiram, em 20/06/2017, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e aos colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 19 de agosto de 2019.

**Dr. Felipe Magalhães Bastos
Presidente do Conselho de
Administração**

**Sr. Marcio Aparecido Favero
Lopes
Diretor de Administração**

**Dr. Antonio Fernandes
Ventura
Vice-Presidente do Conselho
de Administração**

**Sr. Carlos Alberto Zanotto
Diretor de Desenvolvimento**

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nº 73.085.573/0001-39

Ativo	Nota	30-jun-19	30-jun-18	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30-jun-19	30-jun-18
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	4.536,15	9.033,15	Centralização Financeira Cooperativas	12	560.845.183,36	639.728.889,76
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	283.500.843,37	373.479.903,30	Obrigações sociais e estatutárias	13.1	281.079,53	420.462,69
Títulos e valores mobiliários	6	244.688.486,63	245.899.270,47	Obrigações fiscais e previdenciárias	13.2	85.260,92	118.298,98
Relações interfinanceiras	7	-	83.296,68	Obrigações diversas	13.3	290.910,66	3.923.576,79
Operações de crédito	8	849.927,08	19.722.513,39				
Outros créditos	9	864.566,23	2.094.163,89	Total do passivo circulante		561.502.434,47	644.191.228,22
Outros valores e bens	10	167.737,62	214.307,78				
Total do ativo circulante		530.076.097,08	641.502.488,66	Não circulante			
Não circulante				Exigível a Longo Prazo			
Realizável a Longo a Prazo				Obrigações diversas	13.3	120.540,26	250.274,48
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.278.605,79	-	Total do passivo não circulante		120.540,26	250.274,48
Títulos e valores mobiliários	6	29.058.979,21	5.170.356,99	Patrimônio líquido	16		
Operações de crédito	8	786.333,54	12.316.560,90	Capital social	16.a	19.193.176,27	28.527.891,16
Outros créditos	9	1.257.819,80	-	Reservas de Capital	16.b	2.541.321,22	-
Total do ativo não circulante		42.381.738,34	17.486.917,89	Reservas de sobras	16.c	650.893,61	640.102,18
Permanente	11			Sobras do exercício	16.d	2.064.406,54	1.388.944,51
Investimentos	11.1	10.806.339,51	12.768.118,53	Total do patrimônio líquido		24.449.797,64	30.556.937,85
Imobilizações de uso	11.2	2.737.107,51	3.149.786,80				
Intangível	11.3	71.489,93	91.128,67	Total do passivo e do Patrimônio Líquido		586.072.772,37	674.998.440,55
Total do permanente		13.614.936,95	16.009.034,00				
Total do ativo		586.072.772,37	674.998.440,55				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nº 73.085.573/0001-39

	<u>Nota</u>	<u>30-jun-2019</u>	<u>30-jun-2018</u>
Ingressos e receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	16.5	440.406,50	1.422.022,55
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	16.4	17.412.518,63	20.110.704,85
		17.852.925,13	21.532.727,40
Dispêndios e despesas da intermediação financeira			
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	18	289.073,94	(141.816,48)
		289.073,94	(141.816,48)
Resultado bruto da intermediação financeira		18.141.999,07	21.390.910,92
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais			
Ingressos e receitas de prestação de serviços	16.2	71.739,75	151.051,01
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	16.3	5.000,00	2.000,00
Dispêndios e despesas de pessoal	16.8	(2.386.768,45)	(2.519.803,76)
Outros dispêndios e despesas administrativas	16.6	(1.557.711,17)	(1.981.953,06)
Dispêndios e despesas tributárias	16.9	(48.515,61)	(33.584,15)
Dispêndios de Depositos intercooperativos	19	(17.299.759,37)	(20.400.460,17)
Outros ingressos e receitas operacionais	16.1	5.373.117,02	3.899.172,83
Outros dispêndios e despesas operacionais	17	(232.339,80)	(5.824,49)
		(16.075.237,63)	(20.889.401,79)
Resultado operacional		2.066.761,44	501.509,13
Resultado não operacional			
Receitas não operacionais	20	-	898,37
		-	898,37
Resultado antes da tributação e das participações		2.066.761,44	502.407,50
Provisão para Imposto de Renda		(1.070,16)	(2.194,03)
Provisão para Contribuição Social		(1.284,74)	(2.590,18)
Participação de funcionários			
Resultado antes das destinações estatutárias		2.064.406,54	497.623,29
F A T E S - Atos não cooperativos		-	-
F A T E S - Atos cooperativos		-	-
Sobras líquidas		2.064.406,54	497.623,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAI

CNPJ nº 73.085.573/0001-39

	<u>Nota</u>	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Expansão</u>	<u>Reserva Especial</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2017		32.481.774,76		640.102,18	135.170,69	756.150,53	403.651,09	34.416.849,25
Destinação das sobras exercício anterior							-	-
Ao FATES							(403.651,10)	(403.651,10)
Integralização de capital		1.148.512,50		-	-			1.148.512,50
(-) Devolução de capital		(5.102.396,10)		-	-		-	(5.102.396,10)
Reversões de reservas		-		-	(135.170,69)	(756.150,53)	891.321,22	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-		-	-		497.623,29	497.623,29
Saldos em 30/06/2018		28.527.891,16	-	640.102,18	-	-	1.388.944,50	30.556.937,85
Saldos em 31/12/2018		21.810.182,76		650.893,61	-	-	91.727,16	22.552.803,53
Destinação de Sobras Exercício Anterior								
Ao Fates		-	-	-	-	-	(91.727,16)	(91.727,16)
Constituição de Reservas		-	2.541.321,22	-	-	-	-	2.541.321,22
(-) Devolução de Capital		(2.617.006,49)	-	-	-	-	-	(2.617.006,49)
Reversões de reservas		-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	-	2.064.406,54	2.064.406,54
Saldos em 30/06/2019		19.193.176,27	2.541.321,22	650.893,61	-	-	2.064.406,54	24.449.797,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018		
(Em reais)		
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS		
CNPJ nº 73.085.573/0001-39		
	30-jun-2019	30-jun-2018
Atividades operacionais		
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	2.066.761,44	502.407,50
IRPJ/CSLL	(2.354,90)	(4.784,21)
Ajustes		
Provisão para operações de crédito	(289.073,94)	141.816,48
Provisão/reversão para contingências	129.734,22	-
Depreciações e Amortizações	328.648,51	123.546,37
	2.233.715,33	762.986,14
Variação nos ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.278.605,33)	59.605.682,86
Títulos e valores imobiliários	21.287.600,80	(68.303.017,29)
Relações interfinanceiras	-	5.681,41
Operações de crédito	13.688.301,32	5.381.199,47
Outros créditos	1.039.836,11	(1.226.628,66)
Outros valores e bens	50.881,26	79.870,03
Relações interfinanceiras	10.223.049,70	47.876.831,36
Obrigações sociais e estatutárias	(5.777.279,83)	262.816,69
Obrigações fiscais e previdenciárias	(64.600,16)	(115.644,55)
Outras obrigações	(270.702,57)	47.903,90
	28.898.481,30	43.614.695,22
Caixa gerado nas operações	31.132.196,63	44.377.681,36
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aportes de capital em investimento	(955.919,89)	791.229,08
Aquisições de imobilizações de uso	-	(2.238.040,32)
Aquisições de ativos intangível e de diferido	(24.918,60)	-
Outros ajustes		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(980.838,49)	(1.446.811,24)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por novos aportes de capital	-	1.148.512,50
Devolução de capital à cooperados	(2.617.006,49)	(2.444.917,81)
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	(91.727,16)	(403.651,09)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.708.733,65)	(1.700.056,40)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	27.442.624,49	41.230.813,72
No início do período (Nota 4)	500.751.242,12	583.411.046,87
No fim do período (Nota 4)	528.193.866,61	624.641.860,59
Variação Líquida das Disponibilidades	27.442.624,49	41.230.813,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS**, é uma cooperativa de crédito central, instituição financeira não bancária, fundada em **29/06/1993**, e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIMAIS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **29/07/2019**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNIMAIS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas

divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 194 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Caixa e depósitos bancários	4.536,15	9.033,15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	283.500.843,37	373.479.903,30
Títulos e valores mobiliários	244.688.487,09	251.069.627,46
Relações interfinanceiras - centralização financeira e crédito vinculado	-	83.296,68
TOTAL	528.193.866,61	624.641.860,59

5. Aplicações interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/06/2019			30/06/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Aplicações em Operações Compromissadas	172.078.783,41	-	172.078.783,41	33.313.849,17	-	33.313.849,17
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	111.422.059,96	11.278.605,79	122.700.665,75	340.166.054,13	-	340.166.054,13
TOTAL	283.500.843,37	11.278.605,79	294.779.449,16	373.479.903,30	-	373.479.903,30

6. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019			30/06/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cotas de Fundo de Renda Fixa (a)	221.848.221,98	-	221.848.221,98	197.121.815,68	5.170.356,99	202.292.172,67
LFT	11.506.015,80		11.506.016,26		-	-
LFT - Vinculados a Prestação de garantias (b)	11.334.248,85	29.058.979,21	40.393.228,06	48.777.454,79	-	48.777.454,79
TOTAL	244.688.486,63	29.058.979,21	273.747.466,30	245.899.270,47	5.170.356,99	251.069.627,46

(a) Referem-se a cotas de fundos de investimentos de renda fixa no BANCOOB. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os fundos possuem liquidez diária.

(b) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), vinculados à garantia de operações com cartões de crédito das cooperativas singulares associadas, não podendo ser resgatado antecipadamente. O vencimento final dos títulos é em 1º de março de 2020 e 1º de março 2024.

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB UNIMAIS**, com remuneração de, aproximadamente, 101,09 % do CDI.

7. Relações interfinanceiras

Em junho de **2019 e 2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Bacen-Outros Depósitos	-	403,20
Centralização Financeira - Cooperativas	-	82.893,48
TOTAL	-	83.296,68

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não circulante	Total	
Empréstimos	852.935,79	789.615,77	1.642.551,56	32.273.377,03
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.008,71)	(3.282,23)	(6.290,94)	(234.302,74)
TOTAL	849.927,08	786.333,54	1.636.260,62	32.039.074,29

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em	Provisões	Total em	Provisões
				30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2018
AA	-	Normal	384.362,70	384.362,70	-	5.978.745,99	-
A	0,50%	Normal	1.258.188,86	1.258.188,86	(6.290,94)	22.181.447,79	(110.907,24)
C	3%	Normal	-	-	-	4.113.183,25	(123.395,50)
Total Normal			1.642.551,56	1.642.551,56	(6.290,94)	32.273.377,03	(234.302,74)
Total Geral			1.642.551,56	1.642.551,56	(6.290,94)	32.273.377,03	(234.302,74)
Provisões			(6.290,94)	(6.290,94)		(234.302,74)	
Total Líquido			1.636.260,62	1.636.260,62		32.039.074,29	

A redução significativa durante o período se deu em virtude da desfiliação das Singulares, o Sicoob Bandeirantes que tinha maior concentração de operações as quais a Central tinha os Contratos de Cessão de Crédito, também entre elas a liquidação de operações da Norte Paulista e Vale do Paraíba após acordo de desfiliação.

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	240.442,25	612.493,54	789.615,77	1.642.551,56
TOTAL	240.442,25	612.493,54	789.615,77	1.642.551,56

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	30/06/2019	% da Carteira
Outros	1.642.551,56	1.642.551,56	100%
TOTAL	1.642.551,56	1.642.551,56	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	234.302,76	92.486,28
Reversões/ Constituições	(228.011,80)	141.816,48
TOTAL	6.290,94	234.302,76

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2019	% Carteira Total	30/06/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.536.633,71	93,55%	2.368.772,16	32,36%
10 Maiores Devedores	1.642.551,56	100,00%	7.318.986,05	100,00%

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a Receber	3,29	-	3,29	10,41	-	10,41
Diversos (a)	864.562,94	1.257.819,80	2.122.382,74	1.186.418,63	907.734,85	2.094.153,48
TOTAL	864.566,23	1.257.819,80	2.122.386,03	1.186.429,04	907.734,85	2.094.163,89

(a) Em diversos estão registrados valores correspondentes a adiantamento e antecipações salariais R\$ 40.984,92, adiantamentos para despesas de viagem R\$ 1.200,00, valor de Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos R\$ 1.257.819,80, pagamentos a serem ressarcidos R\$ 662.555,12 e devedores diversos país valores receber de cooperativas filiadas R\$ 159.822,90.

10. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas Antecipadas (a)	167.737,62	214.307,78
TOTAL	167.737,62	214.307,78

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e confederativa, IPTU.

11. Permanente

11.1 - Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNIMAIS** no Sicoob Confederação e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Participações Inst. Finan. controlada Coop Crédito - BANCOOB	7.439.656,05	6.560.656,53
Participações Coop exceto Coop central crédito (a)	-	2.931.698,91
Sicoob Confederação	3.210.510,72	3.263.263,09
Outras participações	128.672,74	-
Investimentos em empresas de seguro	27.500,00	12.500,00
TOTAL	10.806.339,51	12.768.118,53

(a) No primeiro semestre de 2019 foi devolvida a última parcela do valor referente ao acordo de desfiliação desta Central do sistema da Unicred do Brasil.

11.2 - Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	0,00	2.192.214,51	
Edificações	250.000,00	250.000,00	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(233.072,04)	(223.072,08)	
Instalações (a)	2.897.147,03	704.932,52	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(940.271,09)	(680.913,80)	
Móveis e equipamentos de Uso	911.429,82	909.359,82	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(307.616,62)	(217.275,10)	
Sistema de Comunicação	33.540,93	33.540,93	20%
Sistema de Processamento de Dados	671.350,26	665.938,48	10%
Sistema de Segurança	5.243,00	5.243,00	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(550.643,78)	(490.181,48)	
TOTAL	2.737.107,51	3.149.786,80	

(a) Em 2018 foi realizada a reclassificação dos valores registrados em imobilizações em curso correspondente a reforma da nova sede da Central Unimais situada na Rua Paraíso São Paulo/SP para instalações, e passaram a ser depreciados mensalmente no período de 5 anos.

11.3 - Intangível

Nesta rubrica registam-se os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos, destinados a manutenção da instituição como as licenças de uso de softwares

Descrição	30/06/2019	30/06/2018	Taxa Depreciação
Outros Ativos Intangíveis adquiridos antes 01/10/2013	392.427,10	392.427,10	20%
Outros Ativos Intangíveis adquiridos após 01/10/2013	334.681,55	298.509,89	20%
Marcas e Patentes	609,00	609,00	
(-) Amortização	(656.227,72)	(600.417,32)	
TOTAL	71.489,93	91.128,67	

12. Relações Interfinanceiras

Descrição	2019	2018
Centralização Financeira - Singulares	560.845.183,36	639.728.889,76
TOTAL	560.845.183,36	639.728.889,76

Refere-se aos depósitos das cooperativas singulares associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015, e tem remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2019	% Carteira Total	30/06/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	355.883.726,00	63,45%	321.751.845,43	50,30%
10 Maiores Depositantes	560.845.183,36	100,00%	639.728.889,76	100,00%

13. Outras Obrigações

Descrição	2019	2018
Sociais e Estatutárias	281.079,53	420.462,69
Fiscais e Previdenciárias	85.260,92	118.298,98
Diversas	411.450,92	4.173.851,27
TOTAL	777.791,37	4.712.612,94

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	266.793,45	420.462,69
Resultado de Atos com Não Associados (b)	14.286,08	-
TOTAL	281.079,53	420.462,69

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é

registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se a Saldo de FATES destinado no encerramento do exercício de 2018 correspondente ao resultado com não associados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	1.130,86	1.801,31
Impostos e contribuições a recolher	84.130,06	116.497,67
TOTAL	85.260,92	118.298,98

13.3. Diversas

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	1.801,92	-	1.801,92	57.636,08	-	57.636,08
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	238.730,59	-	238.730,59	386.037,80	-	386.037,80
Provisão para Passivos Contingentes (c)	-	120.540,26	120.540,26	-	250.274,48	250.274,48
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	-	0,00	647,57	-	647,57
Credores Diversos – País (d)	50.378,15	-	50.378,15	3.479.255,34	-	3.479.255,34
TOTAL	290.910,66	120.540,26	411.450,92	3.923.576,79	250.274,48	4.173.851,27

(a) Referem-se à provisão para pagamento parcelado de despesas administrativas.

(b) Referem-se à provisão de despesas com pessoal férias, 13º salários e todos os encargos.

(c) Referem-se a provisão para passivos contingentes, conforme relatório apresentado pela assessoria jurídica desta Central.

d) Valor correspondente a pendências a regularizar sendo o valor mais relevante da composição valor de R\$ 50.000,00 correspondente a patrocínio do BANCOOB para evento SUESP 2019.

Em 2018 os valores registrados em credores diversos correspondiam a pendências a regularizar R\$ 22, e valor do acordo de desfiliação da singular Sudeste Paulista relativo a multa por distrato de desfiliação no valor de R\$ 800 e valor de R\$ 2.657, referente a devolução de capital pela desfiliação da Unimais Guarulhos, que foi efetivado no mês de julho/2018.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIMAIS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No 1º Semestre de 2019, a Cooperativa teve seu capital social reduzido em função da desfiliação das singulares Sicoob Bandeirantes, Sicoob Norte Paulista e Sicoob Vale do Paraíba.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital Social	19.193.176,27	28.527.891,16
Associados	3	5

b) Reserva de Capital

Para formação do Fundo de estabilidade e Expansão - FEE foram efetuadas reversão da reserva de expansão e reservas especiais e os recursos destinados ao FEE, bem como, aportes referentes à acordos com filiadas, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27/04/2018 e detalhado em reunião ordinária do conselho de administração de 25/08/2018.

Segue detalhamento:

Descrição	Valores – R\$
Reversão/Transferência Reserva de Expansão	135.170,69
Reversão/Transferência Reserva Especiais	756.150,53
Acordo com Filiada Unimais Sudeste Paulista	800.000,00
Acordo com Filiada Unimais Guarulhos	850.000,00
TOTAL	2.541.321,22

c) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras Acumuladas

Foi deliberado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25/04/2019 que a destinação de 100% das sobras apuradas em 31/12/2018 no valor de R\$ 91.727,16 ao FATES.

O resultado acumulado do primeiro semestre de 2019 é de R\$ 2.064.406,54, proveniente principalmente pelo recebimento de dividendos do BANCOOB e valores correspondente aos termos de quitação de obrigações das cooperativas desfiliações Sicoob Bandeirantes, e Sicoob Norte Paulista.

16. Ingressos e Dispêndios

16.1 – Outros Ingressos e receitas operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação de Encargos e Despesas	295.628,04	601.897,69
Reversão para Contingências	129.734,22	-
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	647,57	-
Atualização De Depósitos Judiciais	350.084,95	-
Dividendos (a)	878.997,48	-
Outras Rendas Operacionais (b)	3.718.024,76	3.297.275,14
TOTAL	5.373.117,02	3.899.172,83

(a) Referem-se à distribuição de dividendos do BANCOOB, que no exercício anterior foram contabilizados como Outras rendas operacionais.

(b) Referem-se a rendas com rateio da taxa administrativa da Central para as filiadas, e o recebimento de acordos com as cooperativas desfiliaadas da Central.

Valores relevantes:

Rateio da Taxa Adm. das Singulares	2.672.905,04
Diferença de Ágio Sicoob Vale do Paraíba	254.630,65
Acordo Desfiliação Norte Paulista	250.000,00
Acordo Desfiliação Sicoob Bandeirantes	463.406,30
TOTAL	3.640.941,99

16.2 - Ingressos/rendas de Prestação de Serviços

Descrição	2019	2018
Rendas De Prestação De Serviços	71.739,75	151.051,01
TOTAL	71.739,75	151.051,01

16.3 - Ingressos/rendas de tarifas bancárias

Descrição	2019	2018
Rendas De Serviços bancários	5.000,00	2.000,00
TOTAL	5.000,00	2.000,00

16.4 - Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2019	2018
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	9.520.451,36	2.475.721,16
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.552.664,31	1.699.962,99
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento (a)	6.339.402,96	15.935.020,70
TOTAL	17.412.518,63	20.110.704,85

(a) O aumento e redução entre um período e outro ocorreu em virtude da segregação correta das rendas de aplicações interfinanceira de liquidez e rendas com fundos de investimento.

16.5 - Ingressos da Intermediação Financeira – Operações de Crédito

Descrição	2019	2018
Rendas de Empréstimos	440.406,50	1.422.022,55
TOTAL	440.406,50	1.422.022,55

16.6 - Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2019	2018
Despesas de água, energia e gás	(27.732,76)	(22.171,35)
Despesas de aluguéis	(278.239,79)	(242.797,36)
Despesas de comunicações	(198.373,20)	(236.750,02)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(25.372,67)	(66.745,20)
Despesas de material	(10.283,94)	(16.131,53)
Despesas de processamento de dados	(130.652,10)	(59.905,03)
Despesas de promoções e relações públicas	(15.117,37)	(327.902,83)
Despesas de propaganda e publicidade	(153.056,53)	(340.646,08)
Despesas de publicações	(1.913,08)	(39.860,00)
Despesas de seguros	(10.503,60)	(16.016,86)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(11.707,90)	(22.977,39)
Despesas de serviços de terceiros	(56.391,49)	(56.924,59)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(4.689,34)	(6.490,00)
Despesas de serviços técnicos especializados	(124.882,26)	(86.943,19)
Despesas de transporte	(4.438,28)	(54.399,21)
Despesa de viagem no país	(74.675,58)	(174.827,54)
Outras despesas administrativas	(101.032,77)	(86.918,51)
Despesas de amortização	(27.744,46)	(42.504,66)
Despesas de depreciação	(300.904,05)	(81.041,71)
TOTAL	(1.557.711,17)	(1.981.953,06)

16.7 Dispêndios/despesas Pessoal

Descrição	2019	2018
Despesas de pessoal - honorários	(393.210,42)	(493.804,43)
Despesas de pessoal - Benefícios	(513.874,25)	(520.973,16)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(310.811,67)	(419.537,95)
Despesas de pessoal - proventos	(1.167.989,11)	(1.073.747,40)
Despesa de pessoal - treinamento	(883,00)	(11.740,82)
TOTAL	(2.386.768,45)	(2.519.803,76)

16.8 - Dispêndios/despesas tributárias

Descrição	2019	2018
Despesas tributárias	(40.573,66)	(23.669,03)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(503,85)	(91,53)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(403,12)	(738,52)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(7.034,98)	(9.085,07)
TOTAL	(48.515,61)	(33.584,15)

17. Outros dispêndios/despesas Operacionais

Descrição	2019	2018
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(2.776,68)	(1.425,16)
Contribuição. ao Fundo Tecnologia da Informação	(1.204,04)	(1.925,93)
Contrib. ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-	(2,29)
Outras Despesas Operacionais (a)	(228.359,08)	(1.823,54)
Garantias Financeiras Prestadas	-	(647,57)
TOTAL	(232.339,80)	(5.824,49)

(a) No período houve um aumento devido a Central Unimais efetuar o pagamento no valor de R\$ 200.000,00 para a Cooperativa Sicoob UniGuarulhos a título de ressarcimento dos custos decorrentes das obrigações sociais em virtude da desfiliação conforme termo de quitação mútua de obrigações assinado por ambas as partes.

18. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2019	2018
Provisões para Operações de Crédito	-	(143.190,40)
Reversão de Crédito de Liquidação Duvidosa	289.073,94	1.373,92
TOTAL	289.073,94	(141.816,48)

19. Dispêndios de depósito cooperativo

Descrição	2019	2018
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(17.299.759,37)	(20.400.460,17)
TOTAL	(17.299.759,37)	(20.400.460,17)

20. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	-	898,37
Resultado Líquido	-	898,37

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

21.1 Honorários

Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram apresentados por honorários, apresentando-se da seguinte forma.

Descrição	2019	2018
Cédulas de Presença Conselho Adm. e fiscal	134.894,75	224.804,43
Honorários	258.315,67	269.000,00
TOTAL	393.210,42	493.804,43

No primeiro semestre de 2019 foram pagos (R\$ 48.225,00) de planos de saúde para as partes relacionadas/dependentes legais, (R\$ 39.689,28) de benefício de alimentação e refeição e (R\$ 182,62) de seguro de vida.

21.2 Principais Operações de partes relacionadas Singulares

Singular	Saldo devedor da Operação	Valor da Provisão	Risco da Operação - 30/06/2019
Sicoob UniMais Mantiqueira	1.258.188,86	6.290,94	A
Sicoob UniMais Mantiqueira	278.444,85	-	AA
TOTAL	1.536.633,71	6.290,94	

22. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas

cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

22.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	146.344.651,58	191.207.096,13
Patrimônio de Referência (RWARPS)	19.376.482,43	29.874.959,69
Índice de Basileia %	13,23%	15,50%
Razão de Alavancagem (RA) %	3,33%	4,45%
Índice de imobilização %	14,93%	10,59%

25. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2019		30/06/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	120.540,26	1.257.819,80	250.274,48	907.734,85
TOTAL	120.540,26	1.257.819,80	250.274,48	907.734,85

PIS e COFINS – quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIMAIS, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível,

totalizando R\$ 995.944,05. Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis, societárias e fiscais acerca das principais características das ações, quando relevantes.

A assessoria jurídica informou que o processo nº 00108513920054036100 referente a contribuição previdenciária, INSS sobre cédula de presença no valor de R\$ 1.004.609,76, foi julgado e considerado desfavorável à Cooperativa Central, entretanto, mediante as informações fornecidas pela Sicoob Unimais de que a contribuição foi regularmente declarada em GFIP e recolhida via GPS durante todo o curso da demanda, tem-se que o crédito tributário se encontra extinto pelo pagamento, nos termos do art. 156, I do CTN. A situação atual para 30/06/2019 (posição de 29/02/2019) é que está na 1ª Instância, aguardando a confirmação da conversão em renda, para baixa dos autos.

26. Eventos subsequentes

a) **DESFILIAÇÃO:** Em 31/12/2018 a Central Sicoob UniMais possuía 4 (quatro) cooperativas associadas, após a incorporação e conseqüente desfiliação da Cooperativa Norte Paulista, em 01/03/2019, a Central passou a ter a quantidade mínima de cooperativas associadas em atendimento à Lei nº 5764/71. A captação de novas associadas faz parte do Planejamento Estratégico da Sicoob UniMais definido em janeiro/2019 e permanece até a data de divulgação das demonstrações contábeis de 30/06/2019.

b) **PLANO DE ADEQUAÇÃO SUPERVISÃO - BACEN:** Em conformidade com a solicitação do Banco Central do Brasil no termo de comparecimento nº 14 e Ofício 24664 (PE 147994), a Central Sicoob UniMais protocolou a nova versão do Plano de Adequação da Atividade de Supervisão, incluindo a Política de Supervisão auxiliar atualizada, aprovado mediante Ofício 15743/2019-BCB/DESUC PE 147994, de 30 de julho de 2019.

SÃO PAULO-SP, 19 de agosto de 2019.

Márcio Aparecido Fávero Lopes
Diretor Administrativo

Devanilson Magalhães da Silva
Contador
CRC MT – 010764/O-2

São Paulo, 30 de agosto de 2019.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Diretores e Associados da

**COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB
UNIMAIS - CNPJ Nº 73.085.573/0001-39 – NIRE Nº 354.000.239-37.**

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS** relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, juntamente com as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Cooperativa durante o semestre findo.
2. Nossa missão é expressar nossa opinião aos cooperados e ao público em geral sobre todas as operações realizadas pela Cooperativa registradas nas demonstrações contábeis citadas em conformidade com o artigo 56 da Lei 5.764/71.
3. Na opinião deste Conselho, as demonstrações contábeis acima referidas lidas em conjunto com as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa, em 30 de

junho de 2019 e as deliberações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva foram tomadas no estrito interesse dos Associados. Destacamos o conhecimento quanto a ênfase descrita no parecer dos auditores independentes e o acompanhamento deste Conselho.

4. As demonstrações contábeis analisadas foram auditadas pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Dr. Luiz Eduardo Volpato

Coordenador do Conselho Fiscal

Dr. Edemilson Cavalheiro

Secretário do Conselho Fiscal